



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**18/05/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. ESMAM.....	3
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	4
4.2. INSTITUCIONAL.....	5 - 6
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. INSTITUCIONAL.....	7
5.2. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	8

## TJMA declara inconstitucionais leis de Grajaú que autorizavam contratação temporária

*A relatora frisou a determinação expressa na Constituição Estadual sobre a obrigatoriedade do concurso público*

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) declarou a inconstitucionalidade das Leis nº 180/2013 e nº 243/2013, ambas do Município de Grajaú, reconhecendo ainda a nulidade dos contratos delas decorrentes.

A decisão confirmou liminar anteriormente concedida para suspender os efeitos das leis, que dispunham sobre a contratação precária de servidores para atender à “necessidade temporária de excepcional interesse público”, além de autorizar prorrogação da contratação do cargo de professor, em caráter excepcional e emergencial.

As duas leis foram objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuiz-

ada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) em desfavor da Câmara Municipal de Grajaú, alegando infração ao primado constitucional do concurso público, daí derivando a inconstitucionalidade das duas leis municipais.

A relatora da ação, desembargadora Anildes Cruz, frisou a determinação expressa na Constituição Estadual sobre a obrigatoriedade do concurso público para a investidura em cargos públicos, com exceção dos casos de contratação temporária visando atender à necessidade de excepcional interesse público.

Para os casos excepcionais, a relatora citou o entendimento da jurisprudência que considera

a possibilidade da contratação após a verificação de certos requisitos - previsão em lei, tempo determinado, necessidade temporária e urgente e excepcional interesse público. Ela constatou a ausência do segundo e terceiro requisitos, uma vez que a contratação inicialmente apazada para o ano de 2013, foi estendida a 2014 e tenderia a perpetuar-se no tempo.

“À Administração foi dada a oportunidade de realizar o necessário concurso público para o preenchimento dos cargos em referência, mas preferiu descurar de seu dever e permaneceu contratando a seu bel-prazer, sem a observância do primado da

impessoalidade”, destacou a desembargadora Anildes Cruz, entendendo que a contratação de profissionais, como professores, motoristas, nutricionistas e serventes, não pode ser qualificada como urgente.

**(Assessoria)**

Reprodução



**A decisão confirmou liminar anteriormente concedida.**

# MPM é homenageado pela Assembleia Legislativa

PÁGINA 5

## 50 ANOS DA PGJ Ministério Público do Maranhão é homenageado pela Assembleia Legislativa

Em homenagem ao cinquentenário da Procuradoria Geral de Justiça, marco da autonomia institucional, a Assembleia Legislativa realizou, nesta quarta-feira, 17, uma sessão especial, no Palácio Manoel Beckman. A iniciativa foi do deputado estadual Eduardo Braide, que destacou os relevantes serviços prestados pela instituição ministerial à sociedade maranhense.

O MPMA foi representado pelo procurador-geral de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho e dezenas de servidores e membros do MPMA. Ex-procuradores-gerais de justiça, promotores e procuradores de justiça aposentados, além de convidados e parlamentares, acompanharam a solenidade.

Na abertura, o deputado estadual Eduardo Braide comentou sobre a satisfação em idealizar a sessão para homenagear o Ministério Público. "Sou testemunha do trabalho de muitos que estão aqui. São pessoas que lutam e se esforçam para garantir uma sociedade melhor e mais justa", completou.

Braide citou como exemplos do comprometimento do MP com a sociedade, os trabalhos desenvolvidos pelos promotores de justiça Cristiane Lago, Paulo Avelar (Educação), Glória Mafra (Saúde) e Lítia Cavalcanti (Consumidor). "Reverenciamos o trabalho do MP mesmo quando a instituição se volta para esta casa, como nas manifestações dos promotores de justiça João Leonardo Leal, que pediu a regularização do nosso Portal da Transparência, e de Ronald Pereira, que solicitou a implantação de acessibilidade neste prédio", acrescentou.

O procurador-geral de justiça agradeceu a iniciativa de Eduardo Braide e reconheceu o zelo e a atenção do parlamentar com o Ministério Pú-



blico do Maranhão.

Luiz Gonzaga lembrou, ainda, que o mês de maio representa um marco para a autonomia institucional tanto do MP quanto da Assembleia Legislativa. "No dia 3 de maio comemorou-se o Dia do Parlamento, alusivo à criação do Poder Legislativo no Brasil, com a instalação da primeira Assembleia Constituinte em 1823. Já em 14 de maio de 1967, proclamaram a nova Constituição do Estado do Maranhão, criando o novo cargo de procurador-geral de justiça, marco inicial da autonomia da instituição".

O procurador-geral destacou que a conquista da autonomia foi importante para o gradativo desenvolvimento da instituição. "Foi a partir desse marco normativo que o MP, pelo esforço e coragem de seus integrantes e pela vontade da sociedade, avolumou-se para exercer as tarefas que o Estado Democrático de Direito lhe determinou".

O chefe do Ministério Público afirmou que hoje a ins-

tituição é reconhecida pela sociedade como sua protetora e citou como exemplos do trabalho em favor da sociedade o enfrentamento do crime organizado e da violência sexual contra crianças e adolescentes; a defesa do patrimônio histórico, urbanístico e ambiental; das relações de consumo e dos direitos das camadas sociais mais vulneráveis; e o combate ao crime, à improbidade e à corrupção. "No momento atual, quando a idoneidade das estruturas democráticas são questionadas, o Ministério Público se agiganta como instituição a serviço dos ideais republicanos e da dignidade dos cidadãos".

**CONTRIBUIÇÃO DE MEMBROS** - Ainda em seu discurso, Luiz Gonzaga Coelho reverenciou vários membros, promotores e procuradores, que se empenharam para construir e fortalecer a instituição. Também agradeceu às instituições parceiras, movimentos sociais e representações de classe. "Obrigado a todos que

ontem, hoje e sempre compartilharam e compartilham as agruras e os êxitos dessa viagem. Que sejamos descobridores de novos e belos caminhos para a democracia", concluiu.

Também se pronunciaram na solenidade, homenageando o trabalho do Ministério Público, os deputados Wellington do Curso, Edilázio Júnior e Othelino Neto.

Além de Luiz Gonzaga Martins Coelho, compuseram a mesa da sessão, o subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa, a ex-procuradora-geral Elimar Figueiredo, o promotor de justiça Carlos Augusto Soares, representando a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem).

Igualmente estavam presentes o desembargador Jamil Gedeon, o defensor público geral do Estado, Werther de Moraes Lima e o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Marcos Rosa.

REDAÇÃO: EDUARDO JÚLIO (CCOM-MPMA)

## Palestra

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) promove amanhã, a palestra “A Fraternidade e o Sistema da Justiça”, com o ministro Reynaldo Fonseca (STJ). O evento acontecerá às 10h, no auditório do Fórum de São Luís, no Calhau, e será aberto ao público. O tema da palestra integra a tese de doutorado do ministro e enfocará a fraternidade como fundamento da ordem normativa constitucional, destacando a importância desse princípio enquanto critério interpretativo do conteúdo de certas normas, contribuindo para a aplicação da melhor solução aos casos concretos que chegam à Justiça.

## **Proteção ao menor**

■ No Brasil, mais de 500 mil crianças e adolescentes convivem com pessoas do sexo masculino e maiores de idade.

# O Maranhão está em segundo lugar nesse ranking, o que pode significar situação de risco e violência sexual para os menores.

■ O alerta é do presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, desembargador José de Ribamar Castro.

■ Segunda-feira, na abertura da II Semana da Infância, promovida pelo Poder Judiciário do Maranhão, ele falou que é hora da sociedade e das autoridades competentes tomar consciência da necessidade de proteção e garantia dos direitos infanto-juvenis e do combate à violência e abuso sexual.





**2** A essência do projeto de reforma do Judiciário maranhense, entregue ao presidente do TJMA ao vice-presidente da Alema, Othelino Neto, é dinamizar a carreira de juízes e melhorar a prestação da Justiça à população. Modifica competências de varas e oferece maior transparência à estrutura burocrática do Judiciário.



## Deputado solicita criação de vara especializada em conflitos agrários

O deputado Zé Inácio solicitou ao presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santo, apoio para o seu projeto de criação da primeira Vara Agrária do Maranhão, que deverá ser implementada em São Luís. O objetivo da criação da vara,

segundo ele, é que esta sirva para processar e julgar os conflitos coletivos pela posse e/ou propriedade de terras no campo do Maranhão. O projeto surgiu após audiência pública realizada em 2015, e promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e Minorias,

que na época era presidida pelo deputado Zé Inácio, em razão de intensos conflitos que vinham acontecendo naquele ano, chegando a ter como consequência a morte de uma liderança indígena Kaapor. Um dos encaminhamentos da audiência foi o compromisso do deputado em apresentar indicação solicitando a criação da vara, que, inclusive, já foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado e agora aguarda um parecer do Tribunal de Justiça para que seja dado andamento no processo. O deputado vem batalhando pela concretização do projeto que julga ser de extrema importância. “A situação de

conflito e violência no campo em nosso Estado deve ser enfrentada pelo poder público de forma mais eficiente, pois a tensão social se agrava a cada dia, envolvendo casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso dos índios Gamelas, que recentemente foram vítimas de um ataque bárbaro”, lembrou. Segundo o parlamentar, a criação daria condições de enfrentamento desta realidade, permitindo que os processos judiciais envolvendo grupos conflitantes na disputa pela posse da terra possam ser enfrentados de forma eficaz e os povos envolvidos possam se sentir amparados pelo estado.

• A Rádio Web Justiça do Maranhão foi homenageada, ontem (17), em sessão plenária do TJMA, pelos dois anos de serviços prestados na área de comunicação institucional. Instalada no Palácio Clóvis Bevilácqua – sede oficial do Poder Judiciário maranhense – a emissora tem a coordenação da Assessoria de Comunicação do TJMA, que produz e edita a programação jornalística.